

A Escola Neoliberal



O neoliberalismo é um fenômeno *sui generis*. Suas raízes remontam ao liberalismo clássico. Entretanto, enquanto o alvo do liberalismo clássico era, em grande medida, o Estado Absolutista e o velho mundo feudal, o neoliberalismo se insurge contra o Estado, mais especificamente o **totalitarismo**, o **nazismo** e o **comunismo**, e fundamentalmente o **Estado do bem-estar social**, visto em conjunto, como formas de cercear as liberdades individuais.

As origens do neoliberalismo devem ser buscadas no imediato pós-guerra, “na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”¹, Seu texto de origem é *The road to serfdom*, de Friedrich Hayek, publicado na Inglaterra em 1944.

O alvo imediato de Hayek era o Partido Trabalhista inglês, que, em 1945, surgia como grande favorito às eleições. Três anos depois, Hayek começou a organizar reuniões regulares com aqueles com os quais partilhava as idéias contra o Estado de bem-estar europeu e o *New Deal* norte-americano. Encontravam-se na estação de Mont Pélerin, na Suíça, e fundaram a Sociedade de Mont Pélerin, “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal”, com reuniões internacionais a cada dois anos. No seletivo grupo fundador, “encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michel Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros”.²

O objetivo do grupo era combater a social-democracia, o keynesianismo e todas as formas de solidarismo. Remavam contra a maré, já que o capitalismo europeu pós-guerra rumava claramente para um Estado intervencionista e com um pacto social diferente daquele reinante antes da guerra. É preciso considerar também que as burguesias européias estavam combalidas e enfraquecidas pelo esforço de guerra, o que permitia à classe operária avançar em seus propósitos e conquistar muitas de suas reivindicações, ganhando espaço mesmo nos aparelhos de Estado.

¹ ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9.

² Id., p. 10.

Mesmo contra as evidências, o grupo de Hayek argumentava que “o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) desse período, promovido pelo Estado de bem-estar social, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos”.³

Após quase três décadas de bonança capitalista e formação de um portentoso Estado do bem-estar social na Europa, o capitalismo deu sinais de crise cíclica de caráter estrutural já no início dos anos 1970. Entraram para os debates econômicos os termos: crise fiscal do Estado, crise do keynesianismo, crise estrutural do capitalismo, crise energética ou do petróleo, crise dos juros, crise da hegemonia norte-americana. Todas as evidências de uma das mais profundas crises do capitalismo estavam postas.

A crise, inevitavelmente, abria espaço para o avanço das idéias neoliberais, já que o Estado, como ente constitutivo da sociedade, também entrou em crise. As idéias antiintervencionistas iam ganhando espaço nas mídias e nos partidos políticos. Curiosamente, a primeira experiência de implementação de política econômica de talhe neoliberal foi no Chile, sob o governo ditatorial. Para os neoliberais, a origem da crise estava no poder exagerado dos sindicatos, que pressionavam por aumentos excessivos de salários e por maiores gastos sociais. Essas forças intervencionistas corroíam os lucros das empresas e patrocinavam a criação de pressões inflacionárias.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo.⁴

Assim, surgiu um conjunto de recomendações que logo ganhariam a aparência de uma espécie de “receita de bolo”, com alguns ingredientes indispensáveis como: estabilidade monetária, reforma fiscal, disciplina orçamentária (corte dos gastos sociais), controle dos juros e da base monetária, reforma tributária, contenção salarial, redução drástica dos gastos públicos, de preferência com a existência de superávit primário (descontados os juros), privatização, desregulamentação, abertura de mercados, liberdade para os fluxos financeiros etc. Ou seja, o “mercado” seria o eixo sobre o qual deveria girar toda a atividade econômica e social.

³ ANDERSON, Perry, *op. cit.*, p. 37.

⁴ Id., p. 11.

Em 1979, na Inglaterra, foi eleito o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher, que imediatamente tratou de implementar uma política de talhe neoliberal. Em 1980, foi a vez dos Estados Unidos, com o governo de Ronald Reagan. Em 1983, Kohl, na Alemanha, e daí a onda se espalhariá para toda a Europa e, mais tarde, para toda a América Latina e para o mundo. O neoliberalismo ganhava a dimensão de uma ideologia hegemônica em substituição à hegemonia keynesiana anterior.

A política inglesa passou a ser considerada como paradigma da nova onda neoliberal a partir dos anos 1980. Quais as características que assumiu a política econômica sob Thatcher? Os governos Thatcher

[...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-social e cortaram gastos sociais. E, finalmente, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando, em seguida, a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.⁵

21.1 As idéias precursoras de Friedrich von Hayek

Friedrich August von Hayek (1899-1992) nasceu em Viena, na Áustria. Seu pai era professor de Botânica na Universidade de Viena. Hayek recebeu o grau de doutor em Direito e em Ciências Políticas na Universidade de Viena. Foi o primeiro diretor do Instituto Austríaco de Pesquisas Econômicas. Trabalhou como professor de Economia da Universidade de Viena. Em 1931, assumiu a cátedra na London School of Economics, em Londres, e, em 1950, transferiu-se para a Universidade de Chicago, onde lecionou Ciências Sociais e Morais até 1962. Em 1967, tornou-se professor emérito da Universidade Albert-Ludwigs de Freiburg, na Alemanha, onde havia lecionado o professor Eugen Böhm-Bawerk.

Em 1974, recebeu o maior prêmio da área, o Prêmio Nobel de Economia, pelo conjunto da obra, com destaque para *The road to serfdom*. Entretanto, sua vasta obra não se restringiu ao campo da ciência econômica, mas estendeu-se também aos campos da política, do direito e da psicologia, com destaque para a obra *The sensory order* (1952).

⁵ ANDERSON, Perry, *op. cit.*, p. 12.

Hayek foi um dos mais destacados economistas da Escola Austríaca, e sua obra ganhou a dimensão de *best-seller*, principalmente *The road to serfdom*, considerada precursora do pensamento neoliberal. Tal obra foi dedicada “aos socialistas de todos os partidos”, mas foi endereçada, principalmente, ao seu maior rival, o economista socialista Gunnar Myrdal. A obra de Hayek revela um intelectual de grande envergadura e erudição. Consta no rol de suas obras mais importantes: *Monetary theory and the trade cycle*, de 1929; *Prices and production*, de 1931; *Profits, interest and investment: and other essays on the theory of industrial fluctuations*, de 1939; *The road to serfdom*, de 1944; *The constitution of liberty*, de 1960; *Law, legislation and liberty*, 3 volumes, de 1973; e *The fatal conceit: the errors of socialism*, de 1989. Consta também o *paper The use of knowledge in society*, de 1945.

Para Hayek, a economia deveria “evoluir espontaneamente” e, portanto, não caberia um planejamento central da economia e da sociedade. Assim, opôs-se frontalmente ao planejamento central proposto e praticado no bloco socialista de então. Segundo Hayek, “a tentativa de dirigir toda a atividade econômica de acordo com um plano único levantaria inúmeras questões, cuja solução somente as regras de moral poderiam fornecer, mas para as quais a moral em vigor não tem resposta”.⁶ Para ele, as tendências de substituir o livre mercado e a liberdade individual por políticas propostas, tanto pelo totalitarismo, pelo fascismo, nazismo, quanto pelo comunismo, levariam ao debilitamento progressivo do engenho humano, o que desembocaria na pobreza e na servidão generalizadas.

Segundo Hayek, o individualismo é um valor essencial para a construção e manutenção de uma sociedade livre.

O individualismo tem hoje má fama, e o termo é agora associado a egoísmo ou egotismo. Mas o individualismo do qual falamos em oposição ao socialismo e a todas as outras formas de coletivismo não possui nenhuma conexão necessária com aquelas acepções.⁷

Nesse sentido, o individualismo que ele defende é aquele associado ao Renascimento, e não “meramente o liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas o individualismo básico que herdamos de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides, o que estamos progressivamente abandonando”.⁸

⁶ HAYEK, Friedrich A. von. *O caminho da servidão*. Trad. Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977, p. 55.

⁷ Id., p. 15.

⁸ Id., p. 14.

É significativo no pensamento de Hayek o pressuposto de que o liberalismo do século XIX deveria ser repensado. Para ele, “nada há nos princípios básicos do liberalismo que lhe dê a feição de um credo inalterável”. E também “o princípio fundamental de que na direção dos nossos assuntos devemos fazer o maior uso possível das forças espontâneas da sociedade e recorrer o menos possível à coerção, é suscetível de uma infinita variedade de aplicações”.⁹

Na verdade, Hayek está preparando as bases para uma revisão do pensamento liberal clássico, de acordo com as novas exigências da sociedade capitalista. Após a devastadora crise de 1929, com todas as suas conseqüências práticas e teóricas, e após a experiência da Segunda Guerra Mundial, um dos aspectos que ficaram mais abalados de todo o arcabouço teórico liberal e do pensamento econômico neoclássico foram, sem dúvida, as idéias relacionadas ao *laissez-faire*. O que estava em voga e em ascensão era o pensamento de Lorde Keynes. A lucidez de Hayek e sua busca de uma saída para a crise do pensamento liberal o levaram a uma reordenação desse pensamento, cujo pilar fundamental é a idéia de que “talvez nada haja prejudicado tanto a causa liberal como a obstinada insistência de alguns liberais a propósito de certas regras primitivas e ainda pouco matizadas, e, sobretudo, do princípio do *laissez-faire*”.¹⁰

Segundo Hayek, tanto o liberalismo quanto os princípios da política econômica do século XIX eram apenas um começo. Contra as velhas idéias apegadas ao *laissez-faire*, defendeu:

[...] muitas eram as tarefas de necessidade imediata, como pôr em funcionamento o nosso sistema monetário e eliminar ou controlar o monopólio, e eram ainda em muito maior número as tarefas (de importância menos evidente, mas nem por isso menor) em outros setores, onde não se podia duvidar de que o governo possuísse enormes poderes para o bem e para o mal.¹¹

A crítica ao planejamento econômico central e ao socialismo é o outro eixo fundamental da análise empreendida por Hayek.

[...] não pode haver dúvidas de que a promessa de maior liberdade tornou-se uma das armas mais eficazes da propaganda socialista, e por certo a convicção de que o socialismo traria a liberdade é sincera. Mas isso não fará mais do que aumentar a tragédia

⁹ HAYEK, Friedrich A. von, *op. cit.*, p. 18.

¹⁰ Id., *ibid.*

¹¹ Id., p. 19.

se finalmente ficar demonstrado que aquilo que nos prometiam como o Caminho da Liberdade era de fato a Estrada Real da Servidão.¹²

Segundo Hayek, tanto o fascismo como o comunismo representavam a mesma tendência de supressão das liberdades individuais e da democracia, na medida em que a democracia “é essencialmente um meio, uma invenção útil para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual”, e uma “ditadura do proletariado que, mesmo sob a forma democrática, empreendesse a direção centralizada do sistema econômico, destruiria, provavelmente, a liberdade pessoal de modo tão completo quanto qualquer autocracia”.¹³

A liberdade individual, para ele, é inconciliável com a supremacia de um objetivo único a que a sociedade inteira tenha de se subordinar. A riqueza e a dimensão do pensamento de Hayek têm suas bases em defender os princípios liberais clássicos, sem, contudo, articular uma contundente crítica a um de seus aspectos basilares, qual seja, o *laissez-faire*. Em sua argumentação, o fato de o *laissez-faire* estar comprometido e até desmoralizado não significa que o liberalismo como um todo o esteja. Muito pelo contrário, da crítica ao velho liberalismo e da afirmação dos princípios do individualismo e da democracia, emergiu uma nova interpretação do liberalismo, agora contrário aos fenômenos modernos do fascismo e do comunismo, e, assim, sob os escombros da Segunda Guerra Mundial e do *laissez-faire* emergia a Escola Neoliberal.

21.2 A contribuição da Escola de Chicago de Milton Friedman

Milton Friedman (1912-2006) nasceu em Nova York, filho de pais judeus procedentes da Ucrânia. Em 1932, formou-se na Universidade de Rutgers. Logo após formado, cursou mestrado em Economia na Universidade de Chicago. Em 1946, iniciou sua carreira acadêmica na Universidade de Chicago. Friedman trabalhou no governo dos Estados Unidos e também contribuiu para a formação de economistas chilenos, e esteve no Chile no início dos anos 1970, quando influenciou a política econômica de talhe neoliberal adotada pioneiramente naquele país latino-americano.

Friedman recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1976, por suas contribuições ao pensamento econômico, principalmente nos campos da política de estabilidade econômica, análise de consumo etc. Foi consultor de diversos

¹² HAYEK, Friedrich A. von, *op. cit.*, p. 25-26.

¹³ Id., p. 66.

presidentes dos Estados Unidos, como Richard Nixon e Ronald Reagan. Sua colaboração à teoria econômica se estende por vários aspectos, como a microeconomia, a teoria monetária, a macroeconomia, a estatística etc.

Sua mais famosa obra é, sem sombra de dúvida, *Capitalismo e liberdade* (1962), em que defende a idéia básica de que não pode haver liberdade individual, nem tampouco na sociedade, se não houver liberdade econômica. Foi um fervoroso defensor da “estabilidade monetária”, da “liberdade econômica”, da propriedade privada e da democracia.

Suas obras mais relevantes, por sua contribuição ao debate e à ciência econômica, são: *Essays in positive economics*, de 1953; *Capitalismo e liberdade*, de 1962; *A monetary story of the United States*, de 1963; e *Inflation causes and consequences*, de 1963.

A obra de Friedman também é reconhecida nos meios acadêmicos como uma expressão da corrente monetarista, segundo a qual as variações da atividade econômica não se explicam pelo volume de investimento, mas, principalmente, pelas variações na oferta de moeda. A intervenção estatal é vista como uma interferência desnecessária na vida econômica, na medida em que uma boa administração advinda da política monetária encaminharia de forma satisfatória os problemas econômicos, principalmente quanto às pressões inflacionárias. No que se refere à política internacional, Friedman defendeu a política cambial que fizesse o maior uso possível de taxas flexíveis determinadas pelas forças do mercado.

Friedman apresentou suas idéias, geralmente classificadas como de talhe monetarista, na obra *A theory of consumptive function* e, principalmente, em *A monetary history of the United States 1867-1960*. O ideário monetarista tem como um de seus pilares a tese segundo a qual as pressões inflacionárias decorrem, em geral, do desregramento por parte do Estado, que, ao gastar mais do que arrecada, produz um desequilíbrio que mais cedo ou mais tarde deverá ser combatido. Tal desequilíbrio deveria ser combatido com a redução dos gastos do Estado, e não da emissão de moeda para cobrir o déficit. Na medida em que os governos adotam o caminho mais fácil da emissão de moeda, o resultado é seguramente o aumento das pressões inflacionárias. Nesse sentido, o monetarismo é um ataque frontal às idéias keynesianas.

Um clássico do monetarismo é o economista brasileiro Eugênio Gudin. Sua obra, que será apresentada mais adiante, é muito estudada,

principalmente por sua força didática. Conforme o professor Gudin¹⁴, o monetarismo tem como uma de suas bases a teoria quantitativa da moeda. Para essa teoria, o papel da oferta de moeda é fundamental na atividade econômica. Um dos objetivos da teoria é explicar o fenômeno inflacionário. A inflação, para os monetaristas, não tem sua explicação nas estruturas econômicas, como para Celso Furtado e os estruturalistas cepalinos. Ao contrário, a inflação é um fenômeno fundamentalmente monetário e de mercado, ou seja, está associado aos desequilíbrios entre a oferta agregada e a demanda.

Vamos supor que a sociedade, ou o mercado, tenha a seguinte configuração: existiriam apenas duas salas contíguas, sendo que a primeira representaria a oferta, ou seja, naquela sala estariam estocadas todas as mercadorias produzidas. Já na segunda, estariam presentes todos os consumidores de posse de dinheiro. As salas estariam em equilíbrio de oferta e demanda. Tal equilíbrio era o determinante dos preços. Agora vamos supor que surgisse um terceiro elemento, representado pelo Estado. Esse elemento, que viria de fora da economia, elevaria repentinamente a base monetária, isto é, a quantidade de dinheiro em circulação, para, por exemplo, pagar suas dívidas. Isso provocaria um aumento repentino de dinheiro nas mãos dos consumidores, que, por sua vez, iriam disputar as mercadorias na sala de mercadorias. Como a elevação da oferta não pode ser imediata, dado que estamos numa sociedade de escassez, os produtos ofertados continuariam os mesmos no curto prazo. Como a demanda aumentou em função da maior quantidade de dinheiro em poder dos consumidores, haveria uma disputa pelas mercadorias existentes, o que provocaria um reequilíbrio entre a oferta e a demanda. Tal reequilíbrio seria acompanhado de uma elevação generalizada dos preços, já que a maior oferta não encontraria contrapartida na elevação da oferta. Assim, *grosso modo*, a elevação dos preços se refletiria nos índices de inflação da sociedade. Conclui-se que a inflação é um fenômeno monetário e sua origem está fundamentalmente alicerçada na desordem emissão do governo.

Para se ter uma idéia, em entrevista concedida em 1999, Friedman abordou os problemas brasileiros e ofereceu o seguinte diagnóstico:

¹⁴ GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

O Brasil tem de pôr sua casa fiscal em ordem: ou corta fortemente os gastos governamentais ou aumenta fortemente a receita governamental. Não há outro caminho. Ah! tem outra saída: imprimir dinheiro. Mas isso levaria inevitavelmente à inflação.¹⁵

Essa teoria, aparentemente simples, ganhou muitos adeptos, principalmente depois da crise fiscal que acometeu os Estados Unidos nos anos 1970. Ao buscar resolver seus problemas internos, os Estados Unidos decidiram aumentar sua taxa de juros para atrair capitais, e com isso criaram um gigantesco problema para os países da América Latina que estavam muito endividados no mercado internacional, e, como suas dívidas estavam fixadas com taxas de juros flutuantes, repentinamente se tornaram insolvíveis e, junto com as dívidas, os governos. Com a crise, o pensamento hegemônico keynesiano foi cedendo lugar à retomada do pensamento liberal, que ganhou a nova dimensão e passou a ser considerado “neoliberal”. Um dos elementos do novo pensamento que foram se firmando até ganhar hegemonia mundial com os processos de globalização e financeirização mundial era a busca de estabilidade monetária como eixo central da política econômica. Por meio da recomendação que vinha dos economistas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a teoria monetarista ganhou novamente proeminência no mundo. Agora o objetivo era conter os gastos públicos e, nos países pobres e muito endividados, o receituário incluiu a recomendação para a criação de um superávit primário (descontada a correção monetária) nas contas públicas para que esses governos enfrentassem seus débitos. O receituário incluía também a abertura de mercados ao exterior e a flexibilização das relações trabalhistas, além da privatização e da desregulamentação financeira.

Os países endividados e com crises inflacionárias deveriam fazer sua “lição de casa”, ou seja, reduzir drasticamente seus gastos e jamais recorrer às emissões monetárias. Fazer um programa de ajuste monetarista com redução geral dos gastos do governo, ou seja, fazer um ajuste fiscal e uma reforma previdenciária e trabalhista, principalmente para eximir o Estado dos gastos sociais que lhe foram atribuídos com a luta dos trabalhadores no longo período anterior (do pós-guerra à queda do Muro de Berlim), momento esse em que os trabalhadores detinham força política e grande participação nos governos, fazendo valer sua força, que se reverteu em fabulosas conquistas.

¹⁵ FRIEDMAN, Milton. Citação de entrevista disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=923>. Acesso em: 12/1/2008.

Assim, com a hegemonia de tal ideário, os países endividados realizaram com relativo êxito sua lição de casa. No início do século XXI, por exemplo, os países latino-americanos possuem dívida externa sob controle. A inflação (que discutiremos nos capítulos adiante) também está dominada e os Estados, na maioria dos casos, com destaque para o Brasil, possuem superávit primário e grande soma em reservas internacionais. Entretanto, alguns problemas persistem e outros foram agravados, a despeito das medidas adotadas. Dentre todos eles, podemos citar, por exemplo, o crescimento da dívida interna, o aumento do desemprego e o baixo crescimento econômico.

Questões

1. Na opinião dos neoliberais, qual é o papel do individualismo na sociedade moderna?
2. Quais os aspectos relevantes da crítica ao Estado do bem-estar social empreendida por Hayek?
3. Como Hayek desenvolveu suas teses em defesa da liberdade individual?
4. Podemos afirmar que as teorias de Milton Friedman são frontalmente contrárias às idéias de John M. Keynes, no que se refere à participação do governo na atividade econômica? Por quê?
5. Em relação ao combate ao processo inflacionário, quais os principais elementos da proposta monetarista?

Referências

- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977.
- _____. *Theory of the consumption function*. New Jersey: Princeton University Press, 1957.
- _____. *The optimum quantity of money and other essays*. Chicago: Aldine, 1969.
- _____. *A monetary history of the United States 1867-1960*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- _____. *Teoria dos preços*. Rio de Janeiro: Apec, 1971.
- _____. *Inflação, suas causas e conseqüências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1978.
- GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

HAYEK, Friedrich A. von. *O caminho da servidão*. Trad. Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977. (1. ed., 1944.)

SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Sites

<http://www.miltonfriedmanday.org/>

http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=923

<http://www.ideachannel.com/friedman.htm>

http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=433&Itemid=114